



Número: **1057367-47.2021.4.01.3400**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **11/08/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Criação / Instalação / Prosseguimento / Encerramento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Senador Omar Aziz (IMPETRANTE)		THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO (ADVOGADO)	
Senador Randolfe Rodrigues (IMPETRANTE)		THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO (ADVOGADO)	
Senador Renan Calheiros (IMPETRANTE)		THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO (ADVOGADO)	
SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTERIO DA SAUDE (IMPETRADO)			
Chefe do Serviço de Análise Técnica Administrativa do Ministério da Saúde (IMPETRADO)			
UNIÃO FEDERAL (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70605 9450	26/08/2021 18:38	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1057367-47.2021.4.01.3400

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

POLO ATIVO: Senador Omar Aziz e outros

REPRESENTANTES POLO ATIVO: THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO - DF18121

POLO PASSIVO: SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTERIO DA SAUDE e outros

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo **PRESIDENTE**, pelo **VICE-PRESIDENTE** e pelo **RELATOR DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO INSTITUÍDA NO SENADO FEDERAL PARA APURAR AÇÕES E OMISSÕES NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL** contra ato do **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE** e do **CHEFE DO SERVIÇO DE ANÁLISE TÉCNICA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, no qual formulam o seguinte pedido:

Ao final, pede-se confirmação da liminar e a concessão da segurança, para cassar definitivamente o ato administrativo que decretou o sigilo do processo administrativo relativo ao fornecimento do imunizante indiano Covaxin, possibilitando amplo acesso àqueles autos.

Na petição inicial (Id 679027480), os impetrantes narram que se depararam com a decretação de sigilo noticiado pelo Serviço de Análise Técnica Administrativa do Ministério da Saúde no Processo Administrativo nº 25072.006024/2021-92 em relação ao processo administrativo que versa sobre a aquisição da vacina COVAXIN. Sustentam que o ato impugnado está eivado de desvio de finalidade, excesso de poder e abuso de autoridade. Asseveram, de resto, que o direito de acesso ao referido processo administrativo decorre do princípio da publicidade, que veda o sigilo, como regra.



Pedem a concessão de medida liminar.

Atribuem à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Juntam documentos.

Distribuída a ação, o Juízo determinou a intimação da representação judicial da UNIÃO para se pronunciar sobre o pedido de concessão de medida liminar (Id 682241962).

A UNIÃO apresentou manifestação (Id 696796957).

Os impetrantes reiteraram o pedido de medida liminar (Id 698784112).

Os autos vieram conclusos.

É o relatório. Decido.

Rejeito a questão preliminar de reunião deste mandado de segurança com a ação popular nº 5021896-90.2021.4.03.6100, ajuizada perante a 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, pois somente a competência relativa pode ser modificada pela conexão (art. 54 do CPC), o que não é o caso da competência para julgamento do mandado de segurança.

Também rejeito a questão preliminar de ausência de interesse de agir, porquanto a própria UNIÃO reconheceu a prática do ato impugnado, isto é, a classificação como restrito do processo administrativo de aquisição da vacina COVAXIN. Desse modo, como esse ato, segundo as alegações da petição inicial, impede o exercício das prerrogativas dos impetrantes, é de se reconhecer que o provimento pleiteado é necessário e útil.

Rejeito ainda a preliminar de impossibilidade de concessão de medida liminar. O art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437, de 1992, que estabelece que não será cabível medida liminar contra o Poder Público que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação, refere-se "*às liminares satisfativas irreversíveis, ou seja, àquelas cuja execução produz resultado prático que inviabiliza o retorno ao status quo ante, em caso de sua revogação*" (STJ, REsp 664.224/RJ, DJe de 1.3.2007), o que também não é o caso. E, ainda que se considere irreversível a medida pleiteada, também é razoável pensar que há risco de irreversibilidade reversa na hipótese de não concessão da medida, como será visto adiante.

No mérito, a Lei nº 12.016/2009 prevê que o juiz ordenará, ao despachar a inicial do mandado de segurança, "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica" (art. 7º, III). São, portanto, requisitos para a concessão de medida liminar em mandado de segurança: (a) fundamento relevante ou *fumus boni iuris*; e (b) risco de ineficácia da medida ou *periculum in mora*.

No caso em análise, os requisitos estão presentes.

A requisição feita pelos impetrantes para acesso ao Processo Administrativo nº 29/2021 foi assim respondida pelas autoridades impetradas:



O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2021, QUE VESA (SIC) SOBRE A AQUISIÇÃO DA VACINA COVAXIN ENCONTRA-SE SUSPENSO E RESTRITO NO MOMENTO, PELO FATO DE ESTAR EM FASE AINDA PREPARATÓRIA, IMPOSSIBILITANDO NO PRESENTE MOMENTO A DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTOS OU O PROCESSO EM QUESTÃO, ATÉ QUE SE FINALIZE AS TRATATIVAS, ART. 7º, § 3º, DA LEI Nº 12.527/2011, POR SER DOCUMENTO PREPARATÓRIO, DE MODO QUE AS INFORMAÇÕES NELE CONTIDAS CONSTITUEM FUNDAMENTO DE TOMADA DE DECISÃO, PODENDO SUA DIVULGAÇÃO PREJUDICAR O ANDAMENTO, SENDO O ACESSO ASSEGURADO A PARTIR DA EDIÇÃO DO ATO OU DECISÃO CORRESPONDENTE. POR SUA VEZ, CABE RESSALTAR, QUE SUA SUSPENSÃO (SIC) NÃO CARACTERIZA SUA CONCLUSÃO E ENCERRAMENTO.

A motivação invocada pelas autoridades administrativas foi extraída do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), cujo teor é o seguinte:

Art. 7º (...)

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

O controle jurisdicional da higidez do ato administrativo impugnado deve considerar necessariamente o princípio da publicidade, que governa a Administração Pública (art. 37, caput). Deve considerar, ainda, a norma constitucional que reconhece o direito fundamental de todos os cidadãos da República a “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (art. 5º, XXXIII, da CRFB).

Esse direito fundamental foi conformado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que foi clara ao estatuir a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção” (art. 3º, I). E, como se sabe, *exceptiones sunt strictissimae interpretationis* (“interpretam-se as exceções estritissimamente”).

Daí que não se pode invocar o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011, para se motivar a imposição de sigilo sobre documentos de interesse público apenas repetindo o que já está contido no texto legal. É preciso indicar qual decisão ou ato administrativo encontra-se pendente, quais documentos ou as informações poderão ser utilizados como fundamento da tomada de decisão e por que o acesso a esses documentos ou informações pode prejudicar o interesse público. De outra forma, o acesso a qualquer processo administrativo pode ser obstado, porque sempre há a pendência de um ato que poderá se fundamentar nos documentos e informações constantes dos autos.

Não é por outro motivo que a Lei nº 13.655/2018 incluiu na LINDB o art. 20, cujo parágrafo único impõe o seguinte dever ao administrador: “[a] motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas”.

Convém ressaltar que, ouvida a representação judicial da UNIÃO, esta não trouxe aos autos



elementos concretos que esclarecessem a motivação do ato, fazendo, ao revés, referências a atos que não dizem respeito à controvérsia (Orientação Normativa AGU nº 2/2009 e Acórdão TCU nº 6841/2011).

Está presente, por conseguinte, o *fumus boni iuris*. Essa plausibilidade jurídica é reforçada, de resto, pelo evidente interesse público em se saber como se procedeu uma contratação que envolveu o empenho de vultosa quantidade de recursos públicos.

Também está presente o *periculum in mora*, tendo em vista o risco de a decisão definitiva somente poder ser proferida depois do encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, tornando inócuo o provimento jurisdicional.

Ante o exposto, **DEFIRO A MEDIDA LIMINAR** para suspender o ato administrativo que decretou o sigilo do processo administrativo que culminou na compra do imunizante Covaxin, possibilitando amplo acesso dos impetrantes àqueles autos.

Notifique-se a autoridade impetrada para ciência desta decisão e para prestar as informações no prazo de 10 (dez) dias (art. 7º, I, da Lei nº 12.016, de 2009).

Cientifique-se ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7º, II, da Lei nº 12.016, de 2009).

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, voltem os autos conclusos para sentença.

Intimem-se.

Brasília, 26 de agosto de 2021.

Assinado eletronicamente

ANDERSON SANTOS DA SILVA

Juiz Federal Substituto da 2ª Vara/SJDF

